

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

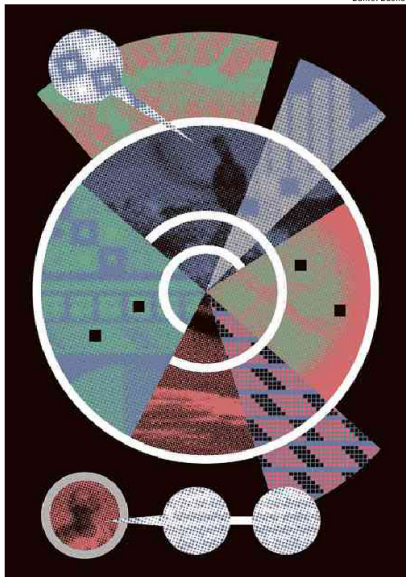
PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens pelo e-mail leitor@grupofolha.com.br, pelo fax (11) 3223-1644 e no endereço al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

O Fator X e o Tietê

JERSON KELMAN

Daniel Bueno



A prestação de serviços em ambiente competitivo dispensa intervenção de agência reguladora. Por exemplo, não teria sentido a existência de uma entidade oficial para definir preços praticados pelas lavanderias porque, nesse caso, o consumidor consegue proteger seus interesses simplesmente escolhendo a melhor combinação de atendimento, preço e qualidade.

Não é o caso da distribuição de água potável, um modelo clássico de monopólio natural. Do ponto de vista econômico, seria irracional permitir que numa mesma rua competissem diversas empresas, cada uma instalando e operando a sua rede de tubulações.

A confusão seria grande e a tarifa, alta, por conta da perda de economia de escala. Raciocínio similar se aplica aos serviços de distribuição de gás e de energia elétrica, bem como à coleta de esgoto. Todos "naturalmente" mais bem prestados na forma de monopólio.

As agências reguladoras existem para impedir que tanto o consumidor sofra abusos do monopolista quanto que o concessionário se veja incapacitado de prestar serviços na extensão e qualidade pactuadas nos contratos com os governos, por efeito de tarifas insuficientes. Na prática, isso significa que o preço unitário do serviço, chamado de tarifa, não depende da lei da oferta e da procura, e sim da decisão da agência reguladora.

Em geral, as agências calculam a tarifa considerando que a concessionária deve receber dos consumidores o suficiente para cobrir os custos operativos mais a amortização e a remuneração dos investimentos feitos com os recursos dos acionistas da concessionária.

As agências costumam incentivar a melhoria da produtividade, permitindo que os correspondentes benefícios sejam alocados por algum tempo em benefício dos acionistas. Porém, passados alguns anos, esse benefício é repassado para os consumidores por meio do redutor tarifário conhecido como "Fator X", concebido pelo economista inglês Stephen Littlechild nos anos 80 do século passado.

Quando já existe a infraestrutura para prestação do serviço completo a toda a população, como era o caso do setor elétrico inglês regulado por Littlechild, ou do setor elé-

Se a agência que regula a Sabesp eliminar o redutor tarifário, sobrarão recursos para investimentos, como para a despoluição do Tietê

trico brasileiro de hoje, faz sentido buscar a contínua redução tarifária. Porém, essa visão regulatória entrega apenas dois grupos com interesses contraditórios: de um lado os consumidores, interessados em serviços de qualidade com o menor custo possível; de outro, os acionistas das concessionárias, interessados no lucro.

Quando o serviço não está universalizado, como é o caso do saneamento no Brasil, há um terceiro grupo, insuficientemente considerado pelas agências: os que ainda não têm acesso aos serviços.

Esses "sem-serviço" são as famílias que não recebem regularmente água potável em suas residências

ou que são obrigadas a conviver com valas negras em seus bairros, devido à inexistência de redes coletoras de esgoto. São também os que se ressentem do estado de poluição dos rios e praias de nossas principais cidades, devido, pelo menos parcialmente, ao lançamento de esgoto sem prévio tratamento. Ou seja, todos nós.

Se os reguladores de saneamento eliminassem o Fator X, haveria mais recursos para investir na infraestrutura necessária para solucionar mais rapidamente esses problemas, favorecendo toda a sociedade.

No caso de São Paulo, está ao alcance da Arsesp (agência que regula a Sabesp) tomar essa decisão, carimbando os frutos dessa "renúncia regulatória" para investimentos. Por exemplo, os indispensáveis para a despoluição do Tietê.

JERSON KELMAN, ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas) e da Arsesp (Agência Nacional de Energia Elétrica), presidente da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)

Detecção de risco psíquico em bebês

JULIETA JERUSALINSKY

Os pais chegam aos consultórios e contam que o filho, com pouco mais de três anos, recebeu diagnóstico de grave patologia psíquica. Muito antes, já percebiam que seu bebê enfrentava dificuldades, mas, ao levar essa preocupação a profissionais de educação e saúde, haviam sido aconselhados a esperar.

Nos consultórios públicos e privados de atendimento psíquico infantil, essa é uma história que se repete. Os numerosos casos revelam, acima de tudo, um grave sintoma do campo da saúde, em que se passa de uma conduta expectante ao longo dos primeiros anos de vida, sem tratamento algum, a diagnósticos fechados da maior gravidade. Uma medida recente, porém, pode mudar essa realidade.

Sancionada em abril, a lei 13.438 determina a necessidade de adoção de protocolo ou instrumento similar para detectar risco psíquico em consultas pediátricas de acompanhamento do desenvolvimento de bebês de 0 a 18 meses.

O Ministério da Saúde fez nesta semana a primeira reunião técnica para discutir formas de implementação e seus instrumentos, que podem nos levar rumo a uma detecção precoce de sofrimento para favorecer bebês em risco ou rumo a uma patologização precoce.

Hoje em dia, o acompanhamento do desenvolvimento dos bebês está centrado em verificar se os órgãos que sustentam as diferentes funções (olhar, vocalizações, psicomotricidade etc.) não apresentam

Não se deve deixar o tempo passar nem subordinar a detecção de risco e sua subsequente intervenção a diagnósticos fechados

patologias. Mas igualmente importante é verificar como tais funções são postas em funcionamento na relação do bebê com os outros.

Ou seja, se um bebê tem um atraso de linguagem, é importante verificar se ele ouve, mas igualmente importante é verificar se ele vocaliza se dirigindo aos demais e se os que dele cuidam consideram as suas produções corporais, gestuais e sonoras como um dizer.

Isso porque as conquistas que uma criança faz ao longo do desenvolvimento dependem não só de um organismo saudável, mas também do contexto cultural, educacional e familiar na qual se produzem as suas incipientes respostas psíquicas.

Também é predominante na saúde a concepção de que só seria possível encaminhar alguém a tratamento quando se fecha o diagnóstico de um quadro psicopatológico plenamente configurado em suas sintomatologias. Mas essa é uma noção equivocada quando aplicada à primeira infância.

Antes dos três anos de idade, os indicadores de sofrimento são muito sensíveis, mas pouco específicos por patologia (como afirma a Organização Mundial da Saúde). Ou seja, os bebês são desobedientes às

classificações psicopatológicas.

Por isso, não se devem utilizar protocolos que buscam ativamente signos de psicopatologias específicas nessa fase, sob o risco de acabar induzindo-as. Em lugar disso, é preciso transmitir aos profissionais do acompanhamento do desenvolvimento indicadores de referência para a constituição psíquica presentes na produção espontânea do bebê e de seus cuidadores.

É a ausência desses indicadores que denota que algo "não vai bem", sendo então necessária uma intervenção especializada, sem estabelecer correlação com nenhuma patologia específica.

A transmissão desses critérios foi o objetivo de uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Saúde, que resultou nos Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil (Irdi), instrumento aplicável em consultas de acompanhamento de bebês de 0 a 18 meses.

A clínica interdisciplinar dos problemas do desenvolvimento, com as contribuições da psicanálise, demonstra que a intervenção precoce pode favorecer e, em muitos casos, alterar de forma profunda os rumos da constituição de um bebê.

Por isso, não se deve deixar o tempo passar e, muito menos, subordinar a detecção de risco e sua subsequente intervenção a fechamentos diagnósticos.

JULIETA JERUSALINSKY é psicanalista, especialista em estimulação precoce, mestre e doutora em psicologia clínica (PUC-SP)

Aécio Neves

A atitude corporativa do Senado em defender Aécio Neves é mais um exemplo de que as instituições estão funcionando perfeitamente. Existem teses, precedentes e regulamentações que suportam os dois lados. Infelizmente, as instituições funcionam para atender a interesses corporativos, não para atender à população, que quer o fim da corrupção e um sistema eleitoral que eleja representantes dignos ("Senado desafia STF e deve barrar afastamento de Aécio", "Poder", 28/9).

RICHARD DUBOIS (Brasília, DF)



Falta hombridade ao senador Aécio Neves ao tentar se esquivar em justificativas indefensáveis para declarar-se inocente. Quem, em sua consciência, acredita que uma operação regular de empréstimo pessoal no montante de R\$ 2 milhões seria realizada por meio de malas de dinheiro?

LUÍS ROBERTO N. FERREIRA (Santos, SP)



Algumas pessoas tentam comparar o caso da gravação de Aécio com o de Delcídio do Amaral. Bobagem! Há uma diferença importantíssima entre eles, que "justifica" a punição de Delcídio e a não punição de Aécio: um era do PT, o outro é do PSDB.

MOUZAR BENEDETO (São Paulo, SP)

Lula na Lava Jato

Os recibos apresentados pela defesa do ex-presidente Lula lembram outro caso notório, o das notas fiscais apresentadas por Renan Calheiros para justificar a compra de gado. Nos dois casos, quem deveria receber os pagamentos afirmou que não viu a cor do dinheiro ("Erros não anulam recibos, dizem advogados", "Poder", 28/9).

ORSON MUREB JACOB (Assis, SP)

Religião na escola

A decisão do STF comporta um perfeito pensamento de não laicidade. Em um país onde quase 90% da população é cristã e há um enorme índice de intolerância religiosa, implantar uma política de ensino de religião confessional nas escolas só formaria cidadãos mais intolerantes. Não bastassem as proibições do estudo de gênero e sexualidade nas escolas, o STF se mostra pouco interessado em fornecer conhecimento abrangente e em dar representatividade às minorias em âmbito escolar ("STF mantém aval para aula de religião em escola pública", "Cotidiano", 28/9).

LÓREN R. BITTENCOURT (Rio de Janeiro, RJ)



A decisão de liberar o ensino religioso nas escolas públicas é um ótimo exemplo de como o STF decide de maneira abstrata, sem perceber o alcance e o impacto no cotidiano. Em um ambiente de conflagração social, com radicalização política e polarização ideológica, não duvido que movimentos de esquerda aproveitem a oportunidade para introduzir a teologia da libertação nas escolas públicas de todo o país e que grupos de direita contra-ataquem com a criação do movimento escola sem religião.

LUIZ ROBERTO DA COSTA JR. (Campinas, SP)

▶ LEIA MAIS CARTAS NO SITE DA FOLHA - www.folha.com.br/paineldoleitor

▶ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: saag@grupofolha.com.br

0800-775-8080 Grande São Paulo; (11) 3224-3090

▶ OMBUDSMAN: ombudsman@grupofolha.com.br 0800-015-9000

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (17.SET. PÁG. B6) Diferentemente do que foi publicado na reportagem "Hotel com passado de luxo receberá secretaria de Doria", a área do terreno do hotel Othon é de 720 m², não de 7.000 m².

SOBRE MORAR (24.SET. PÁG. 14) OS

Universidades paulistas

Enquanto Alckmin se concentra na disputa do "xadrez eleitoral" ("Impasse no PSDB e PT afeta xadrez em SP", "Poder", 27/9), a crise nas universidades estaduais paulistas progride, com risco iminente de colapso e aumento da violência, como ocorreu durante a invasão do Conselho Universitário da Unicamp, na terça (26), em protesto às iniciativas de contingenciamento de gastos na instituição.

ALAN R. SILVA, professor da Unicamp (Piracicaba, SP)

Violência nas favelas

Cada vez mais envolvida em corrupção, que é favorecida pelo salário míngua, a polícia prefere fazer negócios com as facções. Com essa maquiagem de "pacificação", o que se sabe é que o tráfico sempre volta para as comunidades. Por isso, é normal que, hoje em dia, quando começa a "retomada da paz", os moradores da comunidade não comemorem mais, pois os "donos do morro" sempre voltam ("Polícia do Rio abandonou favela e abriu espaço para criminosos", "Cotidiano", 28/9).

DANILLO MOTA (Rio de Janeiro, RJ)

Combate à corrupção

Em "Do parto ao parto" (Tendências/Debates, 25/9), o ilustre Carlos Ayres Britto reconhece os avanços no combate à corrupção causado por leis como a da delação premiada, a dos sistemas de compliance e a dos acordos de leniência. Porém deixou de mencionar que elas foram elaboradas e aprovadas nos governos do PT. Não é demais lembrar que esses governos sempre se respeitou a escolha do Ministério Público, nomeando-se o candidato mais votado.

WILSON RONALDO DE OLIVEIRA (Curitiba, PR)

Renca

Decepçante o editorial "A encrência da Renca" ("Opinião", 28/9), ao tachar de "grita preservacionista gratuita" a pressão da sociedade contra a devastação de mais uma grande área da Amazônia. Os editoriais por certo não desconhecem o fato de que a atividade mineradora é a que mais prejudica o meio ambiente e que a fiscalização governamental é frágil, para não dizer inexistente.

EUSEBU ROSENDO NUÑEZ (São Paulo, SP)

Colunistas

Bom texto de o de Janio de Freitas sobre Temer. Acredito, assim como o colunista, que a distribuição de cargos para conseguir votos contra a denúncia configura suborno ("A corrupção de Temer", "Poder", 28/9). Que país é este?

MARIA HELENA BEAUCHAMP (São Paulo, SP)



Em relação ao texto de Contardo Calligaris ("Contra ou a favor do prazer", "Ilustrada", 28/9), lembro o ensinamento de Xavier Zubiri, para o qual a concepção de espírito apenas aparece, de forma clara, em Agostinho. Em face da descoberta do "cogito" é que todo o pensamento ocidental se estruturou. Ora, reduzir Agostinho a criador de trauma sexual no Ocidente é, no mínimo, uma crítica mesquinha e invejosa a um gigante.

GUILHERME M. F. DE SIQUEIRA (São Paulo, SP)